

Que se espera do Congresso

O número de deputados e senadores que se reuniram em Brasília no primeiro dia do fim do recesso de julho permite esperar que o Congresso Nacional tenha tomado consciência de sua função neste momento delicado da conjuntura nacional. Delicado não porque se vislumbre qualquer crise institucional, mas porque as decisões digamos “estruturais” deverão ser tomadas neste semestre — e do acerto ou erro delas irá depender o futuro do País: ser terra fértil para investimentos privados nacionais e estrangeiros orientados para o mercado global, ou a terra sáfara dos monopólios estatais.

A delicadeza das decisões ressalta quando se tem presente que a pauta de atividades do Congresso está extremamente carregada: as emendas constitucionais em tramitação no Senado (a que quebra o monopólio da Petrobrás estando a exigir grandes esforços de coordenação do presidente da República para ser aprovada sem emendas que atrasem o processo da chamada flexibilização), a da Previdência Social, em compasso de espera na Câmara dos Deputados, e as que o Poder Executivo vai encaminhar brevemente, das quais a mais relevante será a reforma tributária.

Outra fosse a situação do País, e apenas a discussão dessas emendas definidoras do futuro do Estado e da Nação brasileiros tomariam o tempo dos congressistas daqui até o final do ano. Sucede, porém, que não se cuidará tão-só

de discutir essas emendas: haverá que debater as leis regulamentadoras de muitas delas, discutir e aprovar dentro em breve o Orçamento para 1996 e votar quantas medidas provisórias estão em exame no Congresso e serão a ele encaminhadas pelo presidente da República. Esse simples elenco basta para mostrar a que ponto o Congresso Nacional tem, hoje, crescentes responsabilidades — e a esse rol se deverá acrescentar a chamada reforma política, indispensável para fixar o quadro partidário.

A presença de tantos deputados e senadores em Brasília no primeiro dia do fim do recesso tem, por tudo isso, aspecto simbólico que não se deve desprezar. Os parlamentares sabem que as presidências das duas Casas irão chamá-los a votar, o que exigirá de todos o desprendimento suficiente para que as divergências menores que começam a aflorar com alguma força não impeçam se tomem as decisões cruciais. Falamos em divergências menores, porque de fato elas se situam (exceção feita do caso da criação do novo imposto ou contribuição para a saúde e outros fins...) no terreno da política partidária rastaquêra: basicamente, é o PMDB (sempre ele!) que teme que o grupo gaúcho resolva definir-se e marche para



o PSDB ou um outro partido, reduzindo o poder de barganha que os peemedebistas possuem no Congresso. Isso para não falar no perigo de o senador Antônio Carlos Magalhães, auto-vestido das funções de ombudsman da administração pública, não perder oportunidade para alfinetar de público quantos contrariam sua visão das coisas políticas (que não sabemos, usando as expressões do presidente Fernando Henrique Cardoso, se é míope, partidária ou localista) e solapar

a base de credibilidade do governo, anunciando que irá entregar ao chefe do governo — como de fato já deve ter feito — relação de pessoas recém-nomeadas que, a seu ver, não têm probidade para assumir funções públicas.

É necessário ter presente que as decisões que o Congresso deverá adotar são de pelo menos dois tipos: as que afetarão a vida das pessoas e as que definirão o caminho que o Estado e a Nação deverão seguir. No primeiro caso, estão a reforma da Previdência e a criação do imposto reclamado pelo ministro da Saúde. Em torno delas — para não falar da chamada reforma do Estado, que vai atingir o instituto da estabilidade — as opiniões se dividirão. Ora, ao dividir-se, é necessário que não se procure o caminho do chamado “consenso”, que

ao fim e ao cabo nada significa, a não ser um compromisso que compromete o futuro sem desonerar o presente. É preciso que se tome consciência de que a democracia é o regime da maioria, e maiorias se aferem pelo voto. Em outras palavras, o Congresso será chamado a *votar* e, ao fazê-lo, vai permitir se veja com clareza quais são os interesses que deputados e senadores representam e qual é a idéia que fazem daquilo que costumamos chamar de *política*.

A pauta do Congresso neste semestre está carregada de assuntos que definirão o futuro

Nas despedidas do semestre parlamentar findo, não se pouparam elogios à produtividade do Congresso — e ao bom senso evidenciado na Câmara dos Deputados ao votar, ainda que com a armadilha da regulamentação, as emendas sobre a ordem econômica. Para que a democracia de fato se consolide no Brasil, será necessário que neste semestre parlamentar idêntica vontade de trabalho esteja presente — inspirada, assim esperamos, pela convicção de que, se não se tomarem as medidas corretas na regulamentação das emendas sobre a ordem econômica, tudo o que se fez até agora, no sentido da adaptação da economia aos parâmetros mundiais, terá sido em vão.